



O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS NOVAS FORMAS DE REQUISIÇÕES DO TRABALHO

Carolina de Miranda Evangelista Lourenço¹
Marize Rauber Engelbrecht²

RESUMO: Este artigo é resultado de um ensaio teórico que busca sintetizar as decorrentes transformações do modo de produção capitalista em busca da ampliação permanente das taxas de lucro e como estas transformações vem requisitando novas formas de exploração do trabalho pelo capital, porém não modificando a essência do capitalismo, que é a apropriação privada do excedente socialmente produzido. Aponta também como o capitalismo em sua fase imperialista, se reestrutura produtivamente em resposta à crise que se instalava em meados da década, tendo como aliados a política neoliberal e a acumulação flexível, imprimindo a classe trabalhadora uma exponenciação da exploração das suas forças produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, modo de produção capitalista, transformação.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo realizar uma breve síntese sobre as transformações do modo de produção capitalista e as novas requisições à classe trabalhadora, ou seja, as novas requisições do capital na busca pela ampliação permanente das taxas de lucro inerente a exploração do trabalho pelo capital.

Esta construção realizou-se a partir de uma revisão bibliográfica em que recorreu-se à autores críticos do Serviço Social, como José Paulo Netto & Marcelo Braz, Elaine Behring & Ivanete Boschetti, além de autores que se debruçam sobre à Crítica da Economia Política em Marx, e dos estudos realizados por Karl Marx & Friedrich Engels, no Manifesto Comunista e sobre a obra de Marx - O Capital.

O item desenvolvido neste artigo discorre sobre as do modo de produção, do processo produtivo baseado no taylorismo/fordismo para os novos contornos da reprodução ampliada do capital inerente à acumulação flexível, intrínseca à política neoliberal,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Toledo - Paraná. E-mail: carolina_miranda93@live.com. Fone: (41) 99198-0101.

² Doutora em Serviço Social. Docente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Toledo – Paraná. E-mail: omarize@hotmail.com. Fone: (45) 99931-7488.



imprimindo uma reestruturação produtiva do capital. Partindo deste debate, será tratado como estes novos contornos do capital impactam diretamente à classe trabalhadora.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA O TRABALHO.

O modo de produção capitalista³ é um sistema econômico, político e social consolidado mundialmente, entretanto, a materialização deste sistema produtivo é caracterizado pela exploração do trabalho pelo capital na busca incansável pela exponenciação permanente das suas taxas de lucro.

Os detentores dos meios de produção objetivarão barrar qualquer obstáculo que possa impedir este movimento em espiral de exploração, deste modo, o modo de produção capitalista está em permanente transformação para apropriar-se das riquezas socialmente produzida através da mais-valia⁴, Netto & Braz enfatizam que,

[...] ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca. (NETTO & BRAZ, 2012, p.182).

No movimento constante de renovação do modo de produção capitalista, é importante destacar que o capitalismo, em sua fase monopólica, perdurou durante as décadas de 1945 até meados da década de 1970. Este período "alguns economistas designam como os 'anos dourados' ou, ainda, as 'três décadas gloriosas'. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados nunca vistos" (NETTO & BRAZ, 2012, p.208), graças às propostas de intervenção estatal na economia para responder à crise do capital instaurada naquele período de John Maynard Keynes.

Behring & Boschetti sinalizam que,

[...] cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia de gastos, realizando

³ Segundo Netto & Braz [...] o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado (o salário é o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho) [...]. A produção mercantil se peculiariza, pois, porquê põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho - o proletário (ou operário). (NETTO & BRAZ, 2012, p.97).

⁴ Segundo Marx "o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários à sua subsistência. [...] Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador tem de trabalhar, em média, 6 horas diárias para produzi-los. [...] Mas o segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [...], e ao trabalho nela despendido denomino de mais-trabalho." (MARX, 2013, p.292-293).



investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos e depressões como estímulo à economia. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.85).

As autoras citadas acima também indicam alguns procedimentos que a regulação da economia proposto por Keynes teve que estabelecer, a fim de evitar novas crises econômicas, e pontuam que,

[...] a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção da relação capital/trabalho através da política salarial e do "controle de preços"; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.86).

Nessa mesma linha de intervenção Keynes "agregou-se o pacto fordista da produção em massa para o consumo em massa" (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.86), que possibilita ao capital extrair dos trabalhadores a mais-valia relativa, que segundo Marx,

[...] para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário. [...] a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 2013, p.578).

A mais-valia relativa é materializada no seio da organização do trabalho pautada no taylorismo/fordismo que estabelece um novo processo produtivo, que de acordo com Pinto "a ideia fundamental no sistema taylorista/fordista, [...], é elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que, a partir de um certo momento, o operário torne-se um 'apêndice da máquina' " (PINTO, 2010, p.38). Significa dizer que, através do incremento dos meios de produção, como a inserção de maquinários, da fiscalização e melhor organização no interior do trabalho, resulta na intensificação das forças produtivas para que o proletário alcance os mesmos níveis de produtividade, ou maiores, do que na forma de organização de trabalho anterior.

O autor Antunes acrescenta que,

[...] era necessário racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o "desperdício" na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no coletivo [...],o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas. (ANTUNES, 2009, p.39).

Esse processo de intensificação da produção de mercadorias, ou seja, o aumento da produtividade conjugado com o aumento de salário aos trabalhadores resulta em uma maior velocidade no processo de rotação do capital.



A intervenção baseada no keynesianismo-fordista acompanhou os 30 anos gloriosos do capitalismo pós-Segunda Guerra, mas deu sinais de esgotamento em meados da década de 1970, quando desencadeia outra crise econômica em nível mundial.

De acordo com Netto & Braz,

[...] a taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior. Entre 1971 e 1973, dois detonadores [...] anunciaram que a ilusão do "capitalismo democrático" chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro [...] e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP. (NETTO & BRAZ, 2012, p.225).

O autor Geraldo Augusto Pinto também sinaliza que,

[...] tal instabilidade macroeconômica gerou grande cautela nos investimentos produtivos industriais que, desde então, vinham se arrefecendo nos países capitalistas centrais, a par do crescimento das atividades nos setores de serviços, que agregam desde comércio, finanças, saúde etc., até atividades relacionadas a entretenimento. Na concorrência imposta pelo deslocamento do consumo a esses novos segmentos, acirrada pelo baixo crescimento [...] a indústria redirecionou suas estratégias de padronização em larga escala para a crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização dos produtos. (PINTO, 2010, p.44).

Neste sentido, para conter a crise que se alastrava naquele momento o capital promoveu estratégias obscuras de reestruturação tanto no plano político e ideológico, quanto no sistema produtivo. Sendo assim, Antunes pontua algumas estratégias que o capital instaura para retomar os padrões de acumulação obtidas no passado recente,

[...] como resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p.33).

Na conjuntura política e ideológica o neoliberalismo⁵ emerge para dar subsídios às novas requisições do capital, salientando que "seu propósito era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro" (ANDERSON, 1995, p.10).

Os primeiros governantes a adotarem as medidas neoliberais foram Margareth Thatcher, na Inglaterra em 1979, Ronald Regan, nos Estados Unidos em 1980, Helmut Kohl,

⁵ Segundo o autor Anderson "o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944." (ANDERSON, 1995, p.9).



na Alemanha em 1982. Posteriormente, esta ideologia foi disseminada para vários países capitalistas, sendo adotada pelo Brasil em 1990 por Fernando Collor de Melo com seu discurso de modernização do país.

Sendo assim, a estratégia era basicamente,

[...] manter um Estado forte e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.11).

Deste modo, como via para alcançar os objetivos neoliberais, Thatcher ataca os sindicatos operários, pois "no caso do trabalho organizado, a fragilização dos sindicatos passa a se constituir como um requisito para a reestruturação do poder." (NETO, 1998, p.79).

E, para além disto, ainda prevê a ampliação do poderoso exército industrial de reserva⁶, em que "aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária [...] o que se procurou forjar [...] foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante. (BEYNON⁷, 1995, p.11-12, *apud*, NETO, 1998, p.78).

Além do mais, o alto nível de desemprego possibilita pressionar os salários à níveis cada vez mais baixos, tornando o trabalhador empregado acorrentado a este processo de exploração, visto que sua necessidade de subsistência será igualmente proporcional ao medo de integrar o exército industrial de reserva que estava em ascensão.

No que tange à produção, o capital introduz um sistema flexível em substituição ao modelo rígido, marca do processo produtivo taylorismo-fordismo, que segundo Harvey é definido como,

[...] acumulação flexível, [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008, p.131).

Este sistema flexível de produção insere novas tecnologias no processo produtivo de mercadorias, baseadas no *Just in time*. Conforme explicita Behring, o *Just in time*, para os

⁶ Para Meirelles "o exército industrial de reserva pressiona os trabalhadores que estão empregados a manterem-se sujeitados aos salários e as condições materiais de produção dentro dos patamares estabelecidos pelo capital." (MEIRELLES, 2014, p.47).

⁷ BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, n.27, p.11-12, fev. 1995.



capitalistas empresários “[...] asseguram o controle de qualidade e o estoque. Aqui um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera uma ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminuiu ainda mais a porosidade no trabalho.” (BEHRING, 2015, p.192).

Neste sentido, Netto & Braz também acrescentam que,

[...] essencial à reestruturação produtiva é uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda ao trabalho vivo. (NETTO & BRAZ, 2012, p.228).

Lembrando que, estas transformações do modo de produção do capital alteram as formas de apropriação da mais-valia, mas não alteram a sua essência que é a exploração do trabalho pelo capital.

A política neoliberal atrelada à acumulação flexível reestrutura o modo de produção capitalista, e a materialização das suas intencionalidades afeta diretamente a classe trabalhadora, pois o capital passa a exigir novas requisições da força de trabalho.

Estas novas requisições podem ser compreendidas por meio das explicações de Antunes ao enfatizar que,

[...] a expansão do trabalho *part time*, assim como as formas pelas quais o capital se utiliza dos trabalhadores imigrantes, cuja expressão são os *dekasseguis* executando trabalhos desqualificados e frequentemente ilegais, constituem claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do toyotismo. Este se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento das horas extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc., opções estas que são diferenciadas em função das condições do mercado que se inserem. Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, maior tende a ser sua precarização. (ANTUNES, 2009, p.58-59).

Os efeitos deste processo na classe trabalhadora são devastadores, não que no modo de produção anterior, caracterizado pela horizontalização da produção através da produção em série implementada pelo Henry Ford e pela cronometragem do tempo em Taylor, o trabalho⁸ não se tornasse cada vez mais alienante, no entanto, as novas propostas da reprodução ampliada é feroz à classe trabalhadora pois "como o toyotismo é baseado em tecnologias intensivas e poupadoras de mão de obra, os efeitos sobre a força de trabalho

⁸ Para Marx o trabalho [...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa a modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013 p.225).



têm sido devastadoras, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora." (BEHRING, 2015, p.192).

Harvey também aponta algumas divisões no interior da classe trabalhadora quanto às formas de contratação de acordo com a necessidade do capital, sendo assim, o autor pontua que,

[...] centro - grupo que diminuiu cada vez mais, [...] - se compõem de empregadores em tempo integral, [...]. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. [...] A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. [...] O segundo grupo periférico oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico. (HARVEY, 2008, p.144).

Diante desta conjuntura e de novas exigências que o capital imprime ao trabalho, o autor Antunes amplia a noção de classe trabalhadora, com o conceito da "classe-que-vive-do-trabalho" "[...] para englobar tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho (e, naturalmente, os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital)." (ANTUNES, 2009, p.103).

Neste sentido, pode-se citar algumas mutações do trabalho apresentado por Antunes,

[...] há [...] um enorme incremento do novo proletariado do fabril e de serviços, que se traduz pelo impressionante crescimento, em escala mundial, do que a vertente crítica tem denominado de trabalho precarizado [...]. São os terceirizados, subcontratados, part time, entre tantas outras formas assemelhadas, que proliferam em inúmeras partes do mundo. (ANTUNES, 2009, p.104-105).

Sobre o trabalho precarizado, o autor vem reforçar que este é ampliado quando,

[...] vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado. [...] No divisão sexual do trabalho, operado pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (ANTUNES, 2009, p.105).

Ricardo Antunes também sinaliza a precarização quanto aos assalariados no setor de serviços, o "terceiro setor" e as novas formas de trabalho em domicílio (2009, p.111). Quanto ao setor de serviços estes,



[...] tem ocorrido, nas últimas décadas, uma significativa expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de amplos contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização. [...] Mas é necessário lembrar que as mutações organizacionais e tecnológicas, as mudanças nas formas de gestão, também vêm afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital. Veja-se, por exemplo, o caso da intensa diminuição do trabalho bancário ou da monumental privatização dos serviços públicos, com seus enormes níveis de desempregados, durante a última década. (ANTUNES, 2009, p.111).

Em relação ao "terceiro setor",

[...] tem ocorrido uma expansão do trabalho no denominado "terceiro setor", especialmente em países capitalistas avançados, como EUA, Inglaterra, entre outros, assumindo uma forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto a margem do mercado. O crescimento do "terceiro setor" decorre em da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2009, p.112).

Quanto ao trabalho em domicílio,

[...] sua utilização não pode abranger inúmeros setores produtivos, [...]. Mas onde ela tem proliferado, seu vínculo com o sistema produtivo capitalista é muito mais evidente, sua subordinação ao capital é direta, sendo um mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça [...]. Basta lembrar o caso da monumental expansão da Benetton, da Nike, em tantas partes do mundo, dentre as inúmeras experiências de trabalho realizado no espaço domiciliar, doméstico ou em pequenas unidades. (ANTUNES, 2009, p.114-115).

Visto isso, considera-se que a busca permanente por maiores taxas de lucro, faz com que o capital procure espaços onde a exploração da força de trabalho possa ser mais intensa, promovendo o que Netto e Braz denominam de "desterritorialização da produção" (2012, p.228). Neste processo, os grandes capitais procuram territórios onde a força de trabalho não possua ampla proteção, tanto no que se refere a articulação da classe trabalhadora, através dos sindicatos trabalhistas, quanto, da proteção do Estado na promoção de legislações voltadas ao trabalho.

Diante disto, os autores Netto e Braz reforçam que,

[...] o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente - se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre "taxas aceitáveis" e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível [...]. É desnecessário salientar, depois dessas considerações acerca da ofensiva do capital sobre o trabalho, que uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da "questão social". [...] A precarização e a "informalização" das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semiescrevo ou escravo.) (NETTO E BRAZ, 2012, p.232).



Verifica-se nesta conjuntura que o modo de produção capitalista em sua fase imperialista amplia a contradição entre as classes sociais antagônicas a níveis catastróficos, neste sentido, parte-se do pressuposto de Marx, "o resultado do modo de produção capitalista é a acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital" (MARX, 2013, p.721). Para a continuidade desse processo, o capitalismo destrói todas as barreiras que venham impedir este movimento, nem que para isso necessite mergulhar cada vez mais nas contradições intrínsecas ao seu processo produtivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta construção teórica vem reafirmar que o modo de produção capitalista irá atacar todas as barreiras que impeçam a materialização de suas intencionalidades, isto é, a apropriação privada de uma riqueza que é socialmente produzida. Ao longo da história a agenda do grande capital foi e continuará sendo composta por propostas brutais à classe trabalhadora.

Lembrando que, estas propostas acompanham o movimento permanente de transformação do modo de produção, que na contemporaneidade podem ser sinalizadas através da política neoliberal e da acumulação flexível. O Estado cooptado pelos princípios neoliberais, reordenam os gastos que ora seriam destinados à classe trabalhadora mas que agora serão destinados ao grande capital, ou seja, o acesso da classe trabalhadora à riqueza socialmente produzida se torna a cada dia mais uma batalha violenta contra detentores dos meios de produção, pois os capitalistas desejam que esta riqueza seja apropriada de maneira privada.

Além do mais, a reestruturação produtiva do capital, através da acumulação flexível, imprime ao trabalhador uma superexploração da força de trabalho, tendo em vista que, a ampliação e intensificação das jornadas de trabalho, a flexibilidade e terceirização dos contratos trabalhistas, e a polivalência do trabalhador, permitem que o grande capital consiga obter altas taxas de lucro, através da apropriação privada do excedente que é produzido coletivamente.

No entanto, os trabalhadores que não conseguem atender as exigências do capital, terão que prover seus meios de subsistência de alguma forma, e para isto, integrarão os novos contornos do trabalho, a partir do trabalho domiciliar e familiar, do trabalho no setor dos serviços e no terceiro setor, além de trabalhos em condições insalubres e perigosas.

Neste sentido, a competição no interior da classe trabalhadora atrelada ao medo de integrar o exército de reserva, implica ao trabalhador um estranhamento à consciência de



classe, evidenciando o enfranquecimento de possíveis estratégias de resistência à reestruturação produtiva do capital, e um distanciamento do que que Marx e Engels (2010, p.69) sinalizam: "proletário de todos os países, uni-vos!".

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir., GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. - 2. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. - 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING & BOSCHETTI, Elaine Rossetti & Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BEYNON, H. **A destruição da classe operária inglesa**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, n.27, p.11-12, fev. 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. - 17. Ed. - São Paulo: Edição Loyola, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo : Boitempo, 2013.

MARX E ENGELS, Karl e Friedrich. **Manifesto comunista**. - 1. Ed. Revista - São Paulo: Boitempo, 2010.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e "questão social" no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2014.

NETO, José Meneleu. **Desemprego e luta de classes**: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares, OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. - 2. Ed. - São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

NETTO & BRAZ, José Paulo & Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, Geral Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. - 2. Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.